



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997

LEI COMPLEMENTAR Nº 426, de 22 de novembro de 2013

1 SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 172

2 Dia: 25 de Julho de 2025.

3 Horário: 14h

4 Local: Híbrida - **Presencial:** Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, Bloco 1, sala 1245 (sala do
5 Gecal), Segundo andar. Av. Mal. Castelo Branco, 170 - Universitário, Lages - SC, 88509- 900.

6 **Online:** Link da vídeo chamada: <https://meet.google.com/vyu-ejbm-wbo>

7 **Ata nº 172 - A**

8

9 **Conselheiras Presentes:** Vera Lucia Vargas-FINER; Suzana Duarte- **Secretaria de Políticas para a Mulher**
10 **e para a Pessoa Idosa;** Mareli Graupe- UNIPLAC; Josilaine Antunes- **Cooperativa Terras Altas;** Vanilda
11 **Antunes Correa- ASDF;** Mariana Schultze-**Secretaria de Saúde;** Marli Coscodai Souza- **Soroptmista.**

12

13 **Ouvintes:** Ana Paula Couto - AMURES /CISAMA; Denise Paes – FMM; Marina Liz Pereira- **Secretaria da**
14 **Mulher.**

15

16 **Justificativa de Ausência:** Priscila de Moura Stein- **Secretaria do Desenvolvimento;** Sonia Maria da Silva
17 **– ASDF;** Karen Voltolini – **Lar Menino Deus.**

18

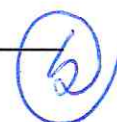
19 **Pauta:** Aprovação de Pauta; Atas pendentes; Ofícios recebidos e expedidos; Relatório da Conferência;
20 **Campanha Agosto Lilás 2025 - Campanha nacional de conscientização e combate à violência contra a**
21 **mulher; Marcha das Mulheres Negras - Movimento social que busca a garantia de direitos para as**
22 **mulheres negras no Brasil, com foco em combate ao racismo, violência e promoção do bem-viver; Agenda**
23 **livre.**

24

25 **1.Desenvolvimento do Trabalho:** Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco,
26 **com início às quatorze horas, de forma híbrida, realizou-se a plenária do mês de julho. A presidente**
27 **deu início à reunião, que contou com a participação de membros virtuais e presenciais. O principal**
28 **objetivo foi a aprovação do relatório final da Conferência, um documento urgente. Foi mencionado**
29 **que, caso a aprovação não ocorresse, uma nova reunião seria marcada para a próxima segunda-feira.**

30 **2. Assuntos Administrativos. Aprovação das Atas:** A Secretária Executiva, Patrícia Deliri, solicitou
31 **paciência para a aprovação das atas pendentes desde março, explicando que o acúmulo se deu por**
32 **conta da transição de gestão e por ser ano de Conferência, o que demanda muito trabalho. Foi**
33 **ressaltado que as gravações estão disponíveis para consulta em caso de dúvidas. Ofícios:** Foram
34 **reportados três ofícios recebidos. Destaca-se um do dia 6 de junho, da Secretaria de Indústria,**
35 **Comércio e Inovação, nomeando Michelle Aparecida Freitas como conselheira suplente e, ofício do**
36 **Lar Menino Deus que nomeou como suplente da Karen Voltolini Machado a Andreyra Louise Costa.**
37 **Os ofícios expedidos totalizaram 87 convites para a Conferência, enviados a secretarias e autoridades.**

38 **3. Aprovação do Relatório Final da Conferência.** A Secretária Municipal Suzana Duarte leu o relatório
39 **para aprovação do grupo. Apresentação:** O relatório foi formalmente apresentado como o
40 **documento final da 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres e da 1ª Conferência**
41 **Regional de Políticas para as Mulheres, realizada em 23 de junho de 2025, na Uniplac. O tema do**





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997

LEI COMPLEMENTAR Nº 426, de 22 de novembro de 2013

42 evento foi “Mais democracia, mais igualdade, mais conquistas para todas”. O relatório destaca que a
43 Conferência foi convocada por atos normativos dos seguintes municípios catarinenses: Lages, Bocaina
44 do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Correia Pinto, Otacílio Costa,
45 Paineira, Palmeira, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema. **Participação:** O
46 evento contou com a participação de **295 pessoas**, sendo 200 inscrições online e 95 presenciais. A
47 plenária final elegeu **26 representantes titulares e 16 suplentes** (delegadas). **Eixos Temáticos:** Foram
48 confirmados os seguintes sete eixos de discussão: Autonomia; Igualdade e Equidade de Gêneros;
49 Respeito à Diversidade e Enfrentamento da Discriminação; Caráter Laico do Estado; Universalidade e
50 Acesso às Políticas Públicas; Participação Ativa das Mulheres; e Transversalidade. **Programação**
51 **Cultural e Agradecimentos:** A programação cultural, incluindo o recital de poesia de Ana Carolina
52 Vieira Demeneck e as performances musicais de Vivian de Paula e Isabel Nercolini Ceron, foram
53 elogiados. Sugeriu-se que os adjetivos usados para descrever as apresentações fossem removidos da
54 seção de descrição e incluídos somente nos agradecimentos, para manter a formalidade do relatório.
55 A exposição de artes e de fotografia de Ângela Waltrick também foi destacada. **Revisões e Ajustes:**
56 Durante a leitura, o grupo sugeriu as seguintes alterações e correções: Substituir "mais de 250
57 pessoas" pelo número exato de **295 inscritos**, mencionando que, com as autoridades, o número total
58 ultrapassou 300. Corrigir a instituição de ensino da palestrante Cléia Demétrio Pereira de "UFS" para
59 "UDESC". Ajustar a descrição da artista Ângela Waltrick para mencionar sua atuação nas redes de
60 ensino **municipal e estadual**. Verificar os nomes de parceiros e a especificação de suas secretarias.
61 Revisar o texto para evitar repetições, como "envolvimento de cada um dos envolvidos". **4. Dados e**
62 **Estatísticas das participantes da Conferência.** O relatório detalha as características das participantes,
63 com base nas inscrições: **Diversidade:** A Conferência contou com a participação de mulheres com
64 deficiência, egressas do sistema prisional, em situação de rua, idosas, indígenas, LGBTQIA+, mães solo
65 e rurais. **Raça/Cor:** As participantes se declararam como: amarela (1%), branca (67%), indígena (4%),
66 parda (23%) e preta (9%). **Frentes de Trabalho:** Foram listadas as diversas profissões das
67 participantes, como advogadas, policiais militares, terapeutas, entre outras. **Abrangência Regional:** O
68 evento teve participantes de vários municípios da Serra Catarinense, além de outras localidades,
69 como Boa Vista e Joinville. **5. Propostas Debatidas e Aprovadas:** O relatório apresenta uma síntese
70 das propostas aprovadas, divididas por esferas (municipal, estadual e federal). **Esfera Municipal:**
71 Criação de Conselhos Municipais de Direitos da Mulher nos municípios da Serra Catarinense.
72 Promoção de campanhas permanentes de prevenção à violência contra meninas e mulheres (trans,
73 LBTQIA+), de forma intersetorial (saúde, educação, assistência social). Previsão de orçamento
74 municipal para políticas voltadas às mulheres. **Esfera Estadual:** Previsão de orçamento estadual para
75 a implementação de políticas públicas para as mulheres. Ampliação de políticas de microcrédito para
76 mulheres agricultoras, em situação de violência e em vulnerabilidade social. Criação de espaços
77 terapêuticos regionais para mulheres com uso abusivo de substâncias psicoativas. Reativação do
78 programa "Mulher Viver Sem Violência" e das unidades móveis ("Ônibus Lilás"). Foi observado que
79 havia uma quarta proposta, contrariando a regra de ter apenas três por esfera. O grupo decidiu
80 manter as quatro, argumentando que o relatório final poderia ser aprovado assim, e que a equipe
81 estadual faria a seleção se necessário. **Esfera Federal:** Solicitação da implantação da Casa da Mulher
82 Brasileira na região da Serra Catarinense. Previsão de recursos e estabilidade para a implementação
83 de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Ampliação de

5



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997

LEI COMPLEMENTAR Nº 426, de 22 de novembro de 2013

84 campanhas educativas sobre a prevenção de violência contra mulheres. **6. Debate sobre a Proposta**
85 **da "Casa Regional de Acolhimento":** Surgiu um intenso debate sobre a inclusão da proposta de uma
86 "Casa Regional de Acolhimento" no relatório, uma vez que a mesma teria sido rejeitada durante a
87 Conferência. **Posições do Debate:** A conselheira Jô expressou preocupação em o conselho aprovar
88 algo que foi negado em plenária, argumentando que isso invalidaria o resultado da Conferência. Ela
89 defendeu que o que foi decidido na Conferência deve ser mantido e que o conselho não tem
90 competência para alterar as decisões. Outra conselheira e outros membros defenderam a
91 importância de uma "Casa Regional" para acolher mulheres em situação de risco de municípios
92 menores, que hoje não contam com esse tipo de suporte, e que isso seria um avanço para toda a
93 região. **Resolução Parcial:** A conselheira que discordou solicitou que sua posição fosse registrada em
94 ata, afirmando que discorda do modo como o relatório foi sintetizado pela comissão e que a
95 sistematização deveria ter sido feita na plenária da própria Conferência para garantir maior
96 representatividade. **7. Encaminhamentos e Posições Finais:** Foi acordado que a Secretária Executiva
97 Patrícia Deliri fará o chamamento das comissões do conselho para que iniciem seus trabalhos,
98 incluindo a de monitoramento. A conselheira Josilaine Antunes Pereira solicitou que a ata registrasse
99 sua discordância em relação à forma como o relatório foi sistematizado e por considerar temerosa a
100 decisão de um grupo de quatro ou cinco pessoas selecionar quais propostas seriam incluídas no
101 relatório final. Ela ressaltou a importância de as futuras conferências realizarem a sistematização das
102 propostas em plenária. Após o debate, os participantes decidiram dar prosseguimento e aprovar o
103 relatório como está, com a ressalva da conselheira registrada em ata. **8. Aprovação do Relatório Final**
104 **e Anexos:** A discussão sobre a metodologia do relatório final da Conferência continuou, com a
105 conselheira **Josilaine Antunes Pereira** reafirmando sua posição de que a síntese das propostas deveria
106 ter sido feita na plenária da Conferência, e não por uma comissão reduzida. Ela solicitou que a ata
107 registrasse essa observação. Em resposta, outros membros do conselho concordaram que a
108 metodologia futura deveria ser aprimorada, mas defenderam a autonomia da comissão para a
109 elaboração do relatório atual. Foi decidido: Incluir um adendo ao relatório final, explicando que a
110 síntese foi elaborada pela comissão, e que todas as propostas completas de cada eixo seriam enviadas
111 em anexo. O relatório na íntegra (com dados pessoais como CPF) será enviado para os órgãos federais.
112 Para a divulgação pública no site do município, será preparada uma versão reduzida, sem informações
113 pessoais sensíveis (CPF, e-mail, telefone) e sem fotos, a menos que haja autorização explícita, em
114 conformidade com a Lei de Proteção de Dados. A ata da Conferência será ajustada para incluir as
115 propostas das três esferas (municipal, estadual e federal) e a **Moção de Repúdio**. **9. Discussão sobre**
116 **a Ata da Conferência e Participação dos Municípios:** A leitura da ata da Conferência foi iniciada,
117 destacando os objetivos do evento, o tema, o número de participantes (207 mulheres) e a condução
118 dos trabalhos pela Presidente do Conselho, Vera Lúcia Vargas. A ata lista os sete eixos temáticos
119 discutidos. Houve um debate sobre a representatividade dos municípios na Conferência, com a
120 verificação da lista de delegadas eleitas. Foi observado que alguns municípios não elegeram suplentes
121 ou não tiveram representação da sociedade civil. O conselho decidiu não fazer observações
122 específicas na ata sobre a ausência de determinados municípios, apenas registrar a lista de
123 representantes eleitas. No entanto, foi discutido que os municípios de Anitta Garibaldi, Cerro Negro
124 e Ponte Alta não tiveram representação, apesar de algumas pessoas desses locais terem comparecido.
125 **10. Moção de Repúdio:** Uma **Moção de Repúdio** redigida pelas participantes da Conferência foi lida



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997

LEI COMPLEMENTAR Nº 426, de 22 de novembro de 2013

126 e aprovada. O texto repudia a estrutura social que perpetua a injustiça contra mulheres vítimas de
127 violência, que são forçadas a abandonar seus lares enquanto os agressores permanecem. O
128 documento pede o fortalecimento de políticas públicas que garantam o acolhimento às vítimas e a
129 responsabilização dos agressores. Foi decidido que a moção seria incluída na ata. Foi solicitado que a
130 ata final da Conferência inclua as assinaturas de todos os membros das comissões organizadoras e de
131 sistematização. **11. Agenda Livre:** Foram mencionadas as próximas agendas do conselho, como o
132 evento "Agosto Lilás" e a "Marcha das Mulheres Negras". A secretária anunciou que a Secretaria de
133 Políticas para a Mulher e para o Idoso e o conselho estão organizando o evento "Lageanas em Ação"
134 no bairro Passo Fundo, com palestras e histórias de mulheres empreendedoras. O evento acontecerá
135 das 14h às 17h.

136
137 Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada pela presidenta do Conselho Vera Vargas e
138 eu, Patrícia Deliri, Secretária Executiva lavrei a presente ata que após lida e aprovada por todos os
139 membros presentes na próxima reunião, será publicada no canal oficial de comunicação da prefeitura
140 e devidamente arquivada para consulta, bem como a gravação completa da reunião, que também
141 será salva em arquivo digital, garantindo um registro detalhado de todas as discussões e decisões
142 tomadas.

143
144
145
146
147

Vera Lucia Vargas

Presidenta do Conselho Municipal dos direitos da Mulher

